



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Horacélia Valadares Nascimento**

**Palmas, TO, Brasil  
2009**

# **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**por**

**HORACÉLIA VALADARES NASCIMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito  
parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Prof. Soraia Napoleão Freitas**

**Palmas, TO, Brasil**

**2009**

## **Agradecimentos**

**Ao Deus Supremo, por todas as maravilhas que tens me proporcionado.**

**Aos professores mestres, doutores e coordenadores de curso por terem me proporcionado valiosos momentos de reflexão e conhecimentos essenciais à minha formação e qualificação.**

**Ao meu pai (in memória) que com simplicidade, lucidez, otimismo e inteligência foi um grande pai, que incentivou e apoiou-me, incondicionalmente.**

**À minha mãe pela companhia e o apoio de levar este trabalho até o fim.**

**Aos meus filhos, Danilo e Helen, pelo profundo amor de mãe e pela compreensão da minha ausência.**

**A meus irmãos que sempre me entenderam nesta caminhada.**

**Aos meus colegas de trabalho que muito me auxiliaram nesta pesquisa, obrigado por toda a ajuda.**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**OS DESAFIOS MODERNOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

elaborada por  
**Horacélia Valadares Nascimento**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Soraia Napoleão Freitas, Dr<sup>a</sup>.(UFSM)**

**Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)**

**Clóvis Renan Jacques Guterres, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 15 de dezembro de 2009.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

THE MODERN CHALLENGES FOR INCLUSIVE EDUCATION

AUTHOR: HORACÉLIA VALADARES NASCIMENTO

ADVISER: SORAIA NAPOLEÃO FREITAS

Data e Local da Defesa: Palmas, 15 de dezembro de 2009.

This work proposes a reflection of the inclusive school seeking to review the operation of educational practices in the teaching and learning that values diversity and meet the educational needs of each student. The issue though is no longer new to some educators, it is still controversial and harrowing, full of questions that permeates the whole educational system of basic level (Early Childhood, Elementary and Secondary Education). Therefore, the analysis is mainly in the basic devices of the Federal Constitution (1988), LDB (Law 9394 / 96), EDP (2003), PNE (2001) and texts Mantoan, Mazzotta, Peter Mittler and Stainback & Stainback, seeking to understand and develop the necessary changes to this act of education and thus ease the difficulties of various schools and teachers who do not yet know how to deal pedagogically with these individual differences in school. The resource used was a questionnaire of open questions, addressed to teachers of elementary and high school, chosen randomly, in a state school in the city of Wanderlândia, Tocantins. Lined in qualitative research was followed by the analysis of responses in which laid the challenges, concerns and expectations of teachers to accommodate the diversity and equal educational opportunities open to all, a factor that implies the assumption that heterogeneity helps the growth of all. In summary, the survey showed that despite the changes and readjustments that have taken place, it is necessary to further expand our own consciousness to understand the invisible for inclusion.

**Keywords:** inclusive school. teaching. diversity.

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

AUTORA: HORACÉLIA VALADARES NASCIMENTO  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. SORAIA NAPOLEÃO FREITAS  
Data e Local da Defesa: Palmas/To, 15 de dezembro de 2009.

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca da escola inclusiva buscando rever a operacionalização de práticas pedagógicas no processo ensino e aprendizagem que valorizem a diversidade e atendam às necessidades educacionais de cada aluno. O assunto embora já não seja novidade para alguns educadores, ainda é polêmico e aflitivo, carregado de interrogações que permeia todo o sistema educacional de nível básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Nesse sentido, a análise pauta-se, sobretudo, nos dispositivos básicos da Constituição Federal (1988), da LDB (Lei 9394 / 96), do PDE (2003), do PNE (2001) e em textos de Mantoan, Mazzotta, Peter Mittler e Stainback & Stainback, na busca para entender e conceber as mudanças necessárias para este ato educativo e, assim amenizar as dificuldades de várias escolas e professores que não sabem ainda como lidar, pedagogicamente, com essas diferenças individuais no espaço escolar. O recurso utilizado foi o questionário de perguntas abertas, dirigido aos professores do Ensino Fundamental e Médio, escolhidos aleatoriamente, em uma escola estadual do município de Wanderlândia, Tocantins. Pautado na pesquisa qualitativa seguiu-se a análise das respostas no qual assentou as dificuldades, as preocupações e expectativas dos professores para atender a diversidade e abrir oportunidades educacionais iguais para todos, fator este que implica partir do princípio de que a heterogeneidade ajuda ao crescimento de todos. Em síntese, a pesquisa mostrou que apesar das mudanças e redefinições políticas ocorridas, faz-se necessário expandir mais a nossa própria consciência para compreender os caminhos invisíveis para a inclusão.

**Palavras-chave: escola inclusiva. práticas pedagógicas. diversidade.**

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                               | <b>01</b> |
| <b>1.1 Objetivo Geral .....</b>                         | <b>01</b> |
| <b>1.2 Objetivos Específicos .....</b>                  | <b>02</b> |
| <b>2 MARCOS HISTÓRICOS .....</b>                        | <b>06</b> |
| <b>3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....</b>                | <b>08</b> |
| <b>4 DESAFIOS ATUAIS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b> | <b>12</b> |
| <b>5 METODOLOGIA .....</b>                              | <b>16</b> |
| <b>5.1 Procedimentos de coleta de dados... ..</b>       | <b>16</b> |
| <b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>                   | <b>20</b> |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                     | <b>24</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                | <b>26</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                     | <b>28</b> |

# 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados finais da pesquisa intitulada “Desafios contemporâneos para a educação inclusiva” em que se apresentam reflexões embasadas nos diversos preceitos legais que fundamentam as escolas públicas brasileiras em espaços inclusivos e de qualidade, valorizando as diferenças sociais, culturais e emocionais de cada aluno.

## 1.1 Objetivo geral

O objetivo da presente pesquisa centra-se em favorecer a reflexão sobre a realidade do professor e sua prática pedagógica, bem como analisar os desafios provocados pelo processo de inclusão, com a intenção de ampliar as informações, a partir de determinações oriundas da Constituição Federal, do Plano Nacional de Educação, da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e das resoluções e leis complementares. Além desses referenciais normativos, a pesquisa exigiu estudos teóricos referentes à inclusão dos autores: Peter Mittler (2003); Stainback & Stainback (1999); Mazzotta (1987) e Mantoan (2006). Assim, fez-se necessário analisar também, algumas dificuldades que uma escola estadual do município de Wanderlândia (Colégio Estadual José Luiz Siqueira) encontra diante da inclusão escolar.

Justifica-se essa pesquisa em sondar a prática pedagógica dos professores frente à inclusão, na perspectiva de compreender e reorientar os trabalhos desenvolvidos na instituição de ensino pesquisada. Ao refletir sobre a temática levantou-se a situação problema de que maneira ensinar e como pode se ensinar na escola que se quer inclusiva? Para responder esta questão buscou-se assuntos relacionados ao contexto da educação inclusiva e à formação de práticas docente que atenda todos em seu processo de construção intelectual.

Assim sendo, o estudo desta recaem sobre os temas, marcos históricos, formação dos professores e os desafios contemporâneos das políticas inclusivas, que,



articulados entre si poderão atribuir à escola novos padrões de garantia e efetivação relevantes aos mais diferentes segmentos educacionais e sociais.

## **1.2 Objetivos específicos**

Para alcançar o objetivo geral, considere objetivos mais específicos para essa proposta:

- conhecer e reconhecer as leis descritas nos principais documentos legais que regulam a educação básica em defesa do direito de todos por uma escola de qualidade e que atenda a diversidade;
- sensibilizar a consciência pessoal de que os novos desafios inclusivos vão beneficiar todos os alunos;
- aceitar e respeitar as diferenças aprendendo a ver a beleza interior e exterior do ser humano.

Sabe-se que muitas instituições de ensino ainda recusam a diversidade humana, por trabalharem em cima do igual quando o igual não existe, e contrariando assim o princípio fundamental da educação inclusiva, que é a valorização da diversidade humana. Em termos gerais, a educação inclusiva constitui uma ação muito ampla que envolve a ética do indivíduo com a sua espécie, com a cidadania global. Nesse sentido, Peter Mittler salienta a necessidade de repensar o conceito político e prático das escolas:

Esse conceito envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento. Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da idéia de defeito para um modelo social (MITLER, 2003, p.25).

Assim, faz-se necessário um desafio para a mudança da mente e dos valores sociais como um todo nas instituições, em que trabalhar para a educação inclusiva seja uma expressão de luta para atingir a justiça social, a igualdade de oportunidades e, sobretudo, dos direitos humanos universais.

O termo inclusão é usado nesta pesquisa significando a busca de qualidade para todas as pessoas com ou sem deficiência de maneira a garantir o acesso pleno, então já aprovado pela Lei de Diretrizes Educacionais – LDB (Lei 9.394/96) que estabelece entre outros princípios, o de “igualdade e condições para o acesso e permanência na escola”, sem nenhum tipo de discriminação em razão de condição econômica, social,

cultural, racial, física, mental, sensorial ou lingüística. Nesse sentido Peter Mittler, em Educação Inclusiva – Contextos Sociais observa que:

Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias lingüísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob o risco de exclusão. (MITLER, 2003, p.25).

Na atualidade vivencia-se um momento de mudança no sistema educacional. Entretanto, adotar esse novo modelo nunca é fácil. Significa que, ao analisar a mudança para a inclusão, não se faz apenas racionalmente, mas também, e, sobretudo, se faz emocionalmente. E nesse processo para a inclusão exige que se abandonem preconceitos e estereótipos em relação à Educação e às pessoas com algum tipo de deficiência. Todavia é difícil mudar as opiniões, idéias e valores. Aparecem as dúvidas sobre que maneira pode se ensinar e o que ensinar na perspectiva da inclusão? E como valorizar verdadeiramente as diferenças na escola? A busca para estas e outras interrogações denotam a educação excludente que muitos de nós profissionais tivemos no decorrer de nossa formação, mas que precisa urgentemente seguir os novos paradigmas sociais.

Este estudo vem justamente tentar ajudar de maneira geral, aos educadores, de fazer deste momento uma forma diferente de conceber a educação inclusiva como atitude e desafio frente aos novos padrões de ensino e aprendizagem na escola. É uma tentativa de auxílio reflexivo acerca da escola inclusiva, que frente a tantas frustrações operacionaliza práticas pedagógicas ora tidas como certas, ora incertas, mas com intento de promover o processo inclusivo de ensino e aprendizagem no espaço escolar, embora ainda seja polemizado e carregado de interrogações dentro do sistema educacional de nível básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

A pesquisa se ancorou na perspectiva qualitativa, utilizando como instrumento de dados o questionário de perguntas abertas, com o emprego da análise de conteúdo. Participaram da pesquisa uma equipe de seis professores de escola pública, graduados em diferentes áreas, que trabalham no Colégio Estadual José Luiz Siqueira, situado na cidade de Wanderlândia, estado do Tocantins. O estudo revelou que a escola analisada norteia a educação com princípios inclusivos, buscando atender, indiscriminadamente, alunos com deficiência ou não, que apresenta algum problema de aprendizagem, na tentativa de acionar ações de aceitação à diversidade humana. No entanto, para os professores não é fácil permitir o respeito à diversidade e à execução de tarefas diferenciadas, tendo em vista a dupla dimensão do trabalho do educador: a intelectual e a afetiva.

Em síntese, o olhar sobre esta realidade abordada na pesquisa centrou-se em perspectivas de melhorar a construção da qualidade e equidade em educação para que se materialize numa aprendizagem significativa, para propiciar aos alunos, com ou sem deficiência, o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades como sujeitos históricos e culturais, capazes de elaborar e planejar seus projetos de vida através da apropriação de conhecimentos historicamente produzidos.

Apesar de a educação inclusiva estar acontecendo, a legislação política prevê o atendimento a todos sem nenhum tipo de discriminação (art. 3º, inciso IV da Constituição Federal de 1988) e também garante o direito a todos à educação (art. 205 da Carta Magna) reconhecendo e aceitando a diversidade como fundamento para a convivência social, a atual prática pedagógica continua ignorando certas qualidades individuais dos estudantes, em detrimento à padronização da aprendizagem. Daí o processo de exclusão vai intensificando-se em função de uma organização escolar que não reconhece as diferenças, que tende a homogeneizar as turmas, tendo em vista sempre o desempenho de um aluno padrão ideal. Mazzotta destaca sobre esse direito que:

[...] mais que o direito à educação, hoje se reconhece o direito a oportunidades educacionais. Desta forma a extensa gama de diferenças individuais existentes entre os educandos a serem atendidos nas instituições escolares exige que haja uma diversidade de meios disponíveis no sistema escolar, a fim assegurar o atendimento a esse direito. (MAZZOTTA, 1987, p.36).

Mesmo com a abertura da Escola para Todos, o modelo de ensino atual, ainda trabalha dentro de uma organização escolar que não reconhece as diferenças, que acredita que todos os alunos irão aprender no mesmo tempo, e da mesma forma, conseguir dominar os conteúdos visando à promoção para a série seguinte. Diante disso, a busca pela igualdade leva à exclusão de um número elevado de estudantes que se acham incapazes de evoluir na conquista de seu conhecimento. Assim, cresce a onda de julgamentos elaborados por uma sociedade de educadores que privilegia classificar e categorizar alunos baseados no que estes sabem ou não fazer, reforçando o fracasso e perpetuando a exclusão nas escolas. E dentro desse contexto, observa-se um atendimento limitado aos sujeitos que não se encaixam nas referências estabelecidas pelas leis, de que todos têm direito fundamental à educação e, principalmente com a possibilidade de atingir e manter um nível adequado de aprendizagem sendo ou não considerado normal. E sobre esta prática Mantoan (2006, p.75) diz que, “a exclusão se alastra e perpetua

atingindo todos os alunos, não apenas os que apresentam uma dificuldade maior em aprender ou uma deficiência específica”.

Diante dessa situação observa-se que o sistema educacional vigente muitas vezes, refugia-se no impossível ou valida uma educação inclusiva utópica, pré-definida à sala de aula, sem possibilidade de renovação. A inclusão é uma necessidade para toda escola, por isso, faz-se necessário realinhar os papéis desde ao gestor os seus colaboradores para dar um significado positivo à adesão de escolas inclusivas. Nessa visão é importante propiciar uma ambiente que priorize e estimule o respeito à diversidade conforme salienta Stainback que,

Por isso o desafio é estender a um número maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro. Nossas escolas e comunidades tornar-se-ão tão boas quanto decidirmos torná-las. (STAINBACK, 1999, p. 31).

As práticas autoritárias que outrora se cristalizou no interior de muitas escolas, viola todos os direitos adquiridos no decorrer dos anos, nos seguintes documentos: Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 15: “a criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento” e continua no Artigo 53: “a criança e o adolescente tem direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa [...] assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. E volto a destacar na Constituição Brasileira/88, no Artigo 205: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família...” e o Artigo 3, inciso I e II da LDB 9394/96 que ainda assegura: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Diante disso, são fundamentais que se atendam os direitos constitucionais a partir da inclusão de todos independente do talento, da deficiência, da origem sócio-econômica ou origem cultural. De acordo com Stainback:

Os benefícios dos arranjos inclusivos são múltiplos para todos os envolvidos com a escola – todos os alunos, professores e sociedade em geral - a facilitação programática e sustentadora da inclusão na organização e nos processos das escolas e das salas de aulas é um fator decisivo no sucesso (STAINBACK, 1999, p. 22).

Entretanto, a simples inclusão de alunos pode não resultar em benefícios de aprendizagem. Esta preocupação implica em se definir participativamente, parâmetros de qualidade na melhoria da eficácia dos programas inclusivos na escola que deverão produzir uma cidadania moderna e participativa; melhoria da eficiência dos sistemas de ensino para atender a todos em suas diversidades e melhoria da equidade, permeável às populações mais pobres.

Os princípios, já fundamentados no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2003) propõem a inclusão educacional como uma de suas diretrizes políticas públicas voltadas à acessibilidade e ao desenvolvimento profissional, que potencializa a relação entre a educação especial e comum com vistas a estruturar o acesso ao ensino regular, e à disponibilização também, de apoio especializado para atender as necessidades educacionais especiais. Assim sendo, o PDE proclama que o ensino público alcance a transversalidade da educação superando a lógica da fragmentação e, que se estabeleça o consenso em torno do que deve ser feito, do que pode ser feito e do que é direito que se faça. Vale citar ainda que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 e a LDBEN/9394/96 descreve o reconhecimento em prol da educação inclusiva, com vistas à efetivação do exercício da docência no acolhimento da diversidade.

A Conferência Mundial de Educação para Todos aprovada pela ONU, demonstra também o caráter irreversível desse novo paradigma da educação. Trata-se de uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os alunos estarem juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. E esta garantia deve estar vinculada ao padrão de qualidade como está cimentada no princípio de equidade/diversidade, proposta no Artigo 3, inciso 9 da LDB/9.394/96 que, no entanto, não pode ser entendido simplesmente como oferta de ensino, ainda por cima, inclusivo. Todavia, os profissionais da educação precisam ter competência técnica, política e humana, condição esta que vai assegurar mais adequadamente a percepção da realidade concreta em que se encontra a educação. É fundamental, os docentes ultrapassem rapidamente, as práticas sociais alicerçadas na exclusão, na discriminação e na apartação que dificulta a construção histórico-social dos sujeitos e deforma os interesses educacionais modernos. A este propósito Perrenoud acrescenta que,

A organização escolar também deve se renovar sem se desfazer, absorver novos saberes, novos programas, novos métodos e novas tecnologias sem renegar a herança e sem deixar entender que tudo o que se fazia antes não tinha nenhum sentido. [...] a escola por sua própria natureza é uma confluência entre o velho e o novo, tanto para as pessoas quanto para o sistema e, por isso, está no centro do debate que sempre renasce entre antigos e modernos. (PERRENOUD, 2001. p. 33).

Dentro dessa ótica organizacional há necessidade de uma direção que ponha em ação o processo de tomada de decisões no espaço escolar para a efetividade do processo ensino e aprendizagem com qualidade e concomitantemente, que atenda a todos, sem caráter classificatório. Assim sendo, faz-se necessário mudar a escola e mais precisamente o ensino nela ministrado por uma escola aberta e de qualidade para todos, para que se alcance uma educação efetivamente inclusiva.

## 2 MARCOS HISTÓRICOS

O processo de inclusão visa a um ensino de qualidade para todos. Não só para os que apresentam necessidades educativas especiais, mas para todos que apresentam algum problema no processo de ensino e aprendizagem escolar. Isto é um ato que está transcrito na Declaração Universal dos Direitos humanos (ONU), onde destaca “que todas as pessoas devem ter respeitados os seus direitos humanos: direito à vida, à integridade física, à liberdade e à dignidade, à educação” (1948). Anos depois a ONU fundamenta a Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (1971) e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), sem qualquer discriminação. Somente na década de noventa é que ocorre a Conferência Mundial sobre Educação para Todos no qual a ONU aprova a Declaração Mundial sobre a Educação Para Todos – Jomtien e Tailândia (1990) e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem; promove a universalização do acesso à educação; a Declaração de Salamanca (1994) que reafirma o compromisso para com a Educação para Todos e reconhece a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

A partir desses documentos a educação busca oferecer alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno. A subsequente Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (1989) e a UNESCO foram importante para a disseminação do direito à educação. Ao longo dos anos 90 vários processos visionários de democratização da escola e do paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos, avançam, embora lentamente, a idéia de equidade formal acerca da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Nesse contexto, a reforma educacional inicia-se no Brasil nos anos de 1990, tendo como marco a elaboração do Plano Decenal de Educação derivada da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990, em Jomtien, Tailândia. Outros eventos e seus respectivos documentos também passam a indicar a necessária reforma educacional brasileira. Após a Constituição Federal Brasileira (1988) e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (lei 9394 / 96) outros documentos básico de mudanças apareceram por aqui, visando à mudança de rumos da legislação sobre a educação - complementares e/ou

adicionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), do MEC; o Plano Nacional de Educação (2001), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), o parecer CNE (Conselho Nacional de Educação) CEB (Câmara de Educação Básica) n°. 17(2001) e o Plano de Desenvolvimento da Escola/PDE (2003) que programam e asseguram o acesso e a aprendizagem nos sistemas educacionais sob todas as formas.

No decorrer de todo esse processo, a escola regular passa a representar o local primordial em que a integração de crianças com necessidade especiais, pode ser concretizada, especialmente para as deficiências consideradas leves, como problemas de aprendizagens, repetências consecutivas, deficiências mentais leves, problemas gerados pelas propostas pedagógicas que desconsideravam as diversidades e diferenças individuais dos alunos e avaliações classificatórias. Nesse contexto, entra em vigor a educação especial “integrada” nas escolas regulares, fruto do próprio sistema excludente que norteia a educação e a sociedade brasileira. A LDB 9394/96 ajusta-se à legislação federal através de um Decreto-Lei n° 3.298 (regulamenta a Lei n° 7.853) fortalecendo a legislação que tratavam sobre os direitos e garantias das pessoas com deficiências.

Não há de se discutir a notoriedade de todos os documentos até hoje, que proclama as escolas inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação, e, que determina o acolhimento de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou lingüísticas. Mesmo a existência de documentos legais observa-se entraves em algumas escolas, para reduzir o baixo desempenho educacional e assegurar o acesso e a participação para todos os alunos deficientes ou não, desfrutar o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados.

Apesar das várias dificuldades que a escola encontra diante da inclusão escolar, vê-se a necessidade de educadores terem uma postura diferenciada e formada para atender e garantir o acesso a todos na escola. É difícil combater às resistências, mas não é impossível convencer as vantagens da inclusão escolar, onde todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. Deve haver maior empenho das autoridades educacionais, pais e instituições, na luta para que as escolas comuns se redimensionem e acolham todos os alunos e, rompam com os paradigmas que detém ao avanço e melhoria da escola inclusiva. Embora haja inúmeras precariedades de condições humanas e materiais, que por sua vez, abala os professores, que sem preparação assegurada, desconstrói o acesso e a qualidade de educação, não se pode mais negar esse atendimento prescrito nos vários preceitos de Lei.

A problemática das diferenças nos processos educativos não é nova na reflexão pedagógica, e tão pouco, na sociedade. Mesmo a política para a educação inclusiva ter sido definida há anos atrás pela Constituição Federal (1988) e LDB (1996), mas o mais importante quanto o conteúdo bem construído desta política, é trabalhá-la para que aconteça em diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. Dessa forma, a inclusão hoje, significa uma nova perspectiva para trabalhar ações que promovam o desenvolvimento pleno, o acesso e qualidade de educação a todos, sendo eles deficientes ou não.

### **3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Sabe-se que a inclusão é um dos princípios fundamentais para a transformação humanizadora da sociedade atual, em que saberes e poderes se colocam a serviço de si, do cuidado dos outros e, sobretudo, do cuidado da vida. Nessa perspectiva, o professor tem um papel importante dentro desse estudo, pois os desafios da prática e os problemas do dia-a-dia mostram uma necessidade de uma fundamentação teórica sólida e permanente para dar rumo e consistência ao seu trabalho e, conseqüentemente melhores condições de aprendizagem a todos, com ou sem deficiência.

Considerando que a educação é “direito de todos de todos e dever do Estado” nos termos do Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 é impositivo que se insira alunos com déficit de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos, de modo que ofereça o alargamento das chances de acesso e permanência na escola pública e, encurte as desigualdades sociais cumprindo o que determina a Lei. Ademais, se todos são iguais perante a lei, o ensino oferecido deve ser igual na intenção específica de cada disciplina e na investigação problematizadora da sala de aula.

Para a obtenção do ideário da Educação Inclusiva, há que se atentar para a formação docente inspirada em princípios da educação para a diversidade. Assim, exigem-se dos educadores novos posicionamentos, de forma que se garanta, imediata e definitivamente, o acesso de cidadãos, independente de ter ou não alguma deficiência. Isso também implica esforço de atualização e reestruturação das condições atuais na maioria das escolas. Apesar de esforços governamentais, federal e estadual, é, pois, o



professor a parte importante para que se constitua esse princípio na instituição escolar. Ele desempenha um papel fundamental na formação integral do homem tanto para a produção de novos conhecimentos como para fazer valer o respeito à diversidade cultural e às características pessoais de cada indivíduo.

Conforme Freire (1996, p. 14-15), a concepção humanista de educação faz surgir: “não mais um educador do educando: não mais um educando do educador, mas um educador educando com um educando educador”. Isso quer dizer que; “ninguém educa ninguém: tampouco se educa sozinho e que os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. É nessa perspectiva que o professor necessita ressignificar a base de sua prática educativa, para agir na transformação, provido de um espírito inovador e não apenas como um mero reproduzidor que inviabiliza os caminhos pedagógicos da inclusão. A partir dessa compreensão do professor, as escolas podem avançar na desconstrução do discurso de que não é capaz de beneficiar todos os alunos e na desenvolver políticas de atenção às diferenças.

A partir de várias leituras dos autores supracitados, surge novamente a interrogação: Como o professor pode trabalhar a inclusão se não reconhece a diversidade em sala de aula? Diante disso percebe-se que a dimensão da formação de professores, que se constitui uma questão básica, não tem sido devidamente organizada para apoiar o desenvolvimento dos alunos em sua diversidade e, tão pouco os educadores sentem-se preparados para ensiná-los. O trabalho pela construção desse processo inclusivo requer, primordialmente, a colaboração e o comprometimento dos professores para programarem a efetividade de ações reestrutadoras da prática pedagógica. No entanto, Mantoan considera que,

Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores. (MANTOAN, 2006, p.55-56)

É certo que na maioria das escolas a preparação está acontecendo com a inclusão destes alunos na sala de aula, e que devido as suas necessidades habilidades levam os professores a enfrentar os desafios de novas situações do processo de ensino e aprendizagem para solucionar a realidade de cada um. Mas a concepção do professor é fundamental na definição de ações pedagógicas que norteiem a tomada de decisão, o planejamento e a resolução de problemas a esse respeito.

Nesse sentido a formação do professor é uma busca constante. Não se trata aqui de o professor ter conhecimento das especificidades e características das deficiências ou dos

indicadores de habilidades, mas, sobretudo de resignificar a base de sua prática educativa, ou seja, pensar o currículo e o planejamento sob a ótica da valorização da diversidade e do respeito à diferença. A escola que compreende o princípio inclusivo sabe que precisa rever suas práticas pedagógicas, não porque tem a presença de um aluno com deficiência na sala, mas porque compreende que não pode ignorar a diversidade de seus alunos. Assim, a política inclusiva deve adotar um conjunto de ações que fortaleçam a escola e, conseqüentemente, a ação pedagógica dos professores. O ensino deve, então, ser garantia de escolarização e não de assistência (a deficientes ou não), e com isto haver a flexibilidade curricular para que os procedimentos e recursos pedagógicos e humanos se adéquem ao cumprimento de seus ideais maiores, conduzindo-os à inclusão plena em todos os níveis e modalidades de ensino e de aprendizagem. Na perspectiva da escola inclusiva Stainback (1999, p. 22) salienta “a criação de uma escola inclusiva onde todos os alunos sintam-se reconhecidos, valorizados e respeitados envolve cuidar dos conteúdos ensinados e da maneira como o currículo é transmitido”.

A educação inclusiva implica ao professor, entender primeiro, as diferenças de cada um, pois são elas que estabelecem os desafios e o ambiente que queremos criar na escola, se é desafiador, restrito ou determinado. Dentro dessa ótica Mantoan (2003, p.28) considera que “a inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos às deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas...”.

A inclusão escolar é uma provocação para toda escola, como o é para o professor, na busca de melhorar a qualidade de ensino. O professor não pode eliminar as diferenças na sala de aula em favor de uma suposta igualdade do alunado. Isso retarda os parâmetros de ação educativa voltada à inclusão. Stainback (1999, p. 289) destaca que “nosso objetivo como educadores deve ser o de explorar honestamente as diferenças, dando oportunidade aos alunos de experimentar e compreender a diversidade dentro de uma comunidade segura e protetora”.

É crucial a necessidade de mudança de concepções e atitudes por parte de educadores, de agentes sociais e do público em geral que traduza a incorporação às diferenças como atributos naturais da humanidade, no reconhecimento e na afirmação de direitos e abertura para inovações no campo teórico-prático. Trata-se, portanto de viabilizar uma ampla formação dos educadores para remover as barreiras excludentes que impedem a sistematização do saber nas escolas.

Observa-se que a problemática das diferenças nos processos educativos vive um momento auspicioso de inclusão e de equalização de oportunidades que impulsionam à transformação dos vários setores sociais. Alguns resultados já são notáveis, como o avanço da matrícula que inclui a todos os alunos. No entanto, mesmo a inclusão educacional sendo hoje uma realidade balizada na evolução de marcos legal e de declarações internacionais, encontra-se atreladas a ela a insegurança e orientações ineficientes, para que possa transformar efetivamente a gestão e as práticas de ensino, em uma nova cultura, capaz de superar a realidade excludente de muitas escolas brasileiras. A política para a educação inclusiva já foi definida há anos atrás, mas tão importante quanto o conteúdo bem construído desta política, é trabalhá-la com o professor para que aconteça em diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. E o teor desses preceitos consta claramente na Constituição Federal, na LDB, no PDE, no PNE, Parâmetros Curriculares Nacionais, e outros. Assim sendo, é visível o desafio a todos os educadores para diminuir os temores e superar preocupações para trabalhar ações que promovam o desenvolvimento pleno de acesso e de qualidade de educação a todos, sendo eles deficientes ou não.

Nesse contexto encontra-se a vontade de cada educador querer mudar os conceitos e as práticas de ensino e aprendizagem de modo a promover o sucesso escolar de todos os alunos. É oportuno, portanto em uma perspectiva didática, propor desafios e polaridades entre a teoria e a ação de todos os envolvidos com a educação considerando os diferentes modos e tempos de aprendizagem como um processo natural dos indivíduos especialmente àqueles que necessitam de um atendimento especial.

Hoje, dentro da realidade educacional assiste-se o receio, a insegurança e por vezes a resistência daqueles que se justificam frente às dificuldades e limitações vivenciadas no contexto do sistema escolar. Por outro lado, há aqueles que já congregam sem muita especificidade de métodos e técnicas, a incorporação das diferenças como tributos naturais da humanidade, oportunizando-lhes o reconhecimento e afirmação de direito, abrindo-se para inovações no campo teórico-prático e para a assimilação de valores, princípios e metas a serem alcançadas.

Neste cenário, alcançar um salto de qualidade na educação faz-se necessário buscar não só o desenvolvimento e o enriquecimento de competências, mas principalmente uma mudança significativa na formação e identidade profissional de todos que se dedicam ao ofício de professor. Este novo século registra grandes mudanças sim, entre as quais se referem o desempenho competente e comprometido à especificidade de ser professor. É imprescindível ser um profissional que domine não apenas o conteúdo de seu campo

específico, mas também a metodologia e a didática eficiente na missão de organizar o acesso ao saber da e para a vida: ao saber ser gente, com ética, dignidade, e, sobretudo, valorizando a vida. Assim é o conhecimento verdadeiro: conhecer, saber, ser e fazer (DELORS, 2006, p.101-102)

Dessa maneira, a formação profissional docente implica entender a aprendizagem como um processo contínuo que requer uma análise cuidadosa de ordem pedagógica e de intervenção na realidade de sua prática. Ao educador dispõe-se a oportunidade de mudar, reconstruir, enriquecer a vida dos seres humanos que estão em suas mãos. Para tanto, precisa superar sua onipotência, sua concepção arcaica do saber, de quem se esconde atrás de métodos excludentes e compraz em afastar alunos com ou sem deficiência do ambiente escolar.

Assim diz Freire (1996,) “Me movo como educador, porque primeiro me movo como gente”, ou seja, posso escolher entre muitos caminhos aquele que for compatível com os valores, com a visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Enfim, as necessidades de qualificação docente é um dos desafios atuais a ser enfrentado pelo sistema de ensino, uma vez que o corpo docente constitui-se em grande parte por profissionais habilitados nas áreas específicas de seus cursos, sem qualificação pedagógica suficiente, para gerenciar o processo metodológico inovador da inclusão.

#### **4 DESAFIOS ATUAIS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O movimento pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada pela garantia do direito de todos à educação, ao acesso e às condições de permanência no ensino regular. Internacionalmente, muitas iniciativas internacionais de educação inclusiva contribuíram para o crescente consenso de atender à diversidade total das necessidades educacionais como a União Européia, às Nações Unidas, a UNESCO, o Banco Mundial e organizações não-governamentais. No Brasil muitas instituições de ensino buscam também desenvolver, ainda que lentamente, experiências educacionais que estabeleça metas que promova na prática, o desenvolvimento da escola e efetive o direito de acesso e de qualidade educacional a todos que nela estudam. No entanto, a maioria das unidades escolares vive um momento de temor diante da educação

inclusiva e da equalização das oportunidades já previstas pela Constituição da República Federal, pela LDB, pelo PNE, PDE, pela Declaração de Salamanca e outros. Todas juntas vêm discutindo incessantemente, a aceitação da diversidade humana com vistas a garantir o desenvolvimento das capacidades de todos os cidadãos e a sua inclusão social. Stainback (1999) destaca que quando as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos quando eles se tornam adultos, o que resulta em maior conflito social e em uma concepção desumana. Nesse sentido observa-se uma luta de relações do homem com a realidade:

A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita – e isso é o mais doloroso – em nome de sua própria libertação. (FREIRE, 1996, p. 51).

O trabalho não é dos mais fáceis porque em nossa sociedade prevalecem momentos de séria rejeição ao outro, ao diferente, impedindo-o de sentir-se, de perceber-se e de respeitar-se como pessoa. Estas atitudes vêm contrariar à Constituição Federal / 88 que traz como um dos objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer que seja outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Entretanto, esses dispositivos não têm prevalecido na realidade cotidiana de muitas escolas brasileiras. Embora a Lei exista não basta matricular para dizer que somos uma escola inclusiva. É preciso garantir as condições de aprendizagem. Isso inclui não pensar tão somente a educação para o deficiente, mas, sobretudo, basilar a prática educativa e a organização da escola no respeito à diferença do outro. E dessa forma respeitar este princípio já previsto pela lei e assumido pela Política Educacional do país.

O artigo 206, inciso I, estabelece “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como “dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208). No entanto este desafio que é colocado para os gestores e educadores não alcançou indistintamente seu objetivo, pois há uma enorme distância de igualdade de oportunidades que impede o processo inclusivo de garantir mudanças dentro desse novo contexto educacional. Stainback (1999, p.22) diz que “Quando existem programas adequados, a inclusão funciona para todos os alunos com ou sem deficiências”. Mas a questão da igualdade de oportunidades não afeta somente os alunos com dificuldade de aprender por um tipo de deficiência, mas os demais alunos, que não conseguem acompanhar e ter êxito em todos os níveis de ensino. Se todos são iguais, a diretriz inclusiva no exercício de seu papel pedagógico, deve discutir a necessidade de

transformar as nossas escolas em ambientes que se proponham a concretizar o que as prescrições legais preconizam, atendendo aos anseios da comunidade, e, sobretudo, o da nossa Carta Magna Brasileira. Como se pode observar a na Constituição Federal de 1988 (art.3º, IV), a eliminação da discriminação e do preconceito, prevendo inclusive que todos são iguais perante a lei, (art. 5º, “caput”) e que se tratando de deficiência esta deve ser integrada a vida comunitária (art. 203, IV).

Assim sendo, deve-se entender o conceito de inclusão, no firme propósito de conhecer para melhor fazer acontecer de verdade educação para todos, sem máscaras e preconceitos, refletindo as conquistas solidárias, sem preconceitos, e fazendo com que todos se percebam como dignos e iguais na vida educacional e social.

É importante lembrar que muitos países, inclusive o Brasil fez opção pela construção do sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada na década de 90, dos quais é oportuno ressaltar que “os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades”. E destaca ainda ao ambiente escolar “o acolhimento, pelas escolas, de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, ou outras necessidades especiais”. Além disso, desde a Constituição de 1988, que a educação especial deixou de ser substitutivo do ensino regular e passou a ser um complemento à formação de alunos. Com isso não se pode mais excluir alunos das salas comuns de ensino regular para se escolarizarem em classes especiais. Admitir as diferenças, sem homogeneizar os grupos de alunos e sem igualar níveis de competência é o mais forte desafio do momento da escola inclusiva.

Mas outro fator agravante é constatado na escola. A construção do projeto pedagógico escolar que não viabiliza, por meio de uma prática docente real, o princípio norteador da promoção do desenvolvimento da aprendizagem de todos os educandos, inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais. Embora as ações sejam descritas na proposta pedagógica, a escola não consegue promover e atender adequadamente a todos os alunos como determina o Artigo II da Lei de Diretrizes e Bases que trata dos princípios e fins da educação brasileira “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

E na tentativa de percorrer caminhos exitosos - por vezes equivocados - muitas escolas encontram-se perdidas, distantes dos interesses e expectativas de sua

comunidade e tentam programar ações e projetos de inclusão e integração no espaço público escolar, mas estas se transfiguram em resistência à maioria de profissionais da educação. Nesse contexto, ensinar e aprender ao mesmo tempo, torna-se penoso, pois, as exigências de conhecimentos e habilidades gerais e específicas para as quais os profissionais não foram habilitados, nem atendidos e, muito pior preparados, transformam-se em grande obstáculo para assegurar o atendimento a esse direito configurado em vários documentos brasileiro educacionais.

Por outro lado pode se observar que o atendimento educacional em âmbito estadual apresenta falhas nas propostas pedagógicas das escolas, pois, não promovido o atendimento de acordo com as necessidades desses alunos e tão pouco elaborado e organizado recursos pedagógicos suficientes em todas as etapas de ensino. Isto, entretanto, não significa que seja conveniente ou necessário que a educação inclusiva se organize segundo um modelo único. Cabe, pois, as unidades escolares a autonomia para conceber segundo as atribuições que lhes são conferidas a educação inclusiva em seus espaços educativos.

Contudo, não se pode negar que para atender tais propósitos, a educação básica precisa incorporar a atenção da qualidade à diversidade dos alunos, em suas necessidades educacionais comuns e especiais, como um vetor da estrutura, do funcionamento e da prática pedagógica da escola. Todavia a construção de uma sociedade inclusiva é fundamental para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. E a escola deve multiplicar as relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação às diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, que contemplem todas as dimensões da vida.

Nesta relação pode-se inferir que todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional inclusivo deve ser organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo-se em oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Este princípio assegura aos alunos deficientes e não-deficientes a oportunidade de aprenderem uns com os outros e reduzir o estigma experienciado por alunos que outrora se encontravam separados. Há ainda que se considerar que em escolas inclusivas, o professor tem a responsabilidade de educar a todos e assegurar, aos alunos deficientes ou não, que sejam membros integrantes e valorizados dentro e fora da sala de aula. Dessa forma, cabe aos sistemas de ensino, viabilizar a educação especial

prevista Carta Magna, na perspectiva da educação inclusiva, mediante a eliminação de inúmeras barreiras.

Assim sendo, em consonância com as novas abordagens, as ações inclusivas devem ser executadas mais pela qualidade da relação pedagógica do que a um público alvo delimitado, de modo que a atenção especial se faça presente para todos os educandos que, dela necessitarem para o sucesso escolar. Nesse contexto, os professores devem ser os guardiões desses direitos garantidos para apoiar e exigir o atendimento que determinem a inclusão total e incondicional de todos os alunos diminuindo assim as barreiras que circundam os espaços escolares.

Conclui-se, em termos gerais que a educação para todos hoje, deve ser baseada nos quatro pilares do conhecimento conforme sugere o Relatório da Educação: um tesouro a descobrir (2008) da Comissão Internacional para o século XXI, presidida por Jacques Delors. Ele elaborou para a educação um caminho para a realização humana; resultado de uma aprendizagem ao longo da vida, fundamentada nos quatro pilares do conhecimento: “*aprender a conhecer*” indica o interesse, a abertura para o conhecimento, os instrumentos da compreensão; “*aprender a fazer*” mostra coragem para executar para correr riscos e poder agir sobre o meio envolvente; “*aprender a conviver*” apresenta o respeito a todos e o exercício de fraternidade, do respeito como caminho de entendimento; as e “*aprender a ser*” o mais importante, pois, explicita o papel do cidadão e o objetivo de viver. Este relatório destaca os professores como agente de mudanças e formadores de novas gerações. Ressalta ainda que o mundo, no seu conjunto evolui rapidamente e que a formação inicial dos professores não é suficiente para o resto da vida profissional, é preciso se atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos e técnicas ao longo da vida pessoal e profissional. O equilíbrio entre a competência na disciplina ensinada e a competência pedagógica deve ser cuidadosamente respeitado, pois ambas são necessárias.

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 Procedimentos de coleta de dados**



Este trabalho consiste em repensar a prática pedagógica, tendo como base tornar a educação acessível a todas as pessoas e com isso atender às exigências de uma sociedade que busca amenizar preconceitos, exclusão e barreiras entre os indivíduos. A escolha do assunto originou-se da prerrogativa sobre o respeito e a valorização ao indivíduo na sua singularidade, na sua dignificação humana e, sobretudo, na construção e manutenção da sua condição de cidadão com ou sem deficiência. Outro fator motivador adotado para a execução do presente trabalho foi que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p.32).

A coleta de dados foi realizada usando os seguintes passos:

- levantamento bibliográfico utilizando como referenciais os autores Peter Mittler (2003); Stainback & Stainback (1999); Mazzotta (1987) e Mantoan (2006);
- escolha da escola a ser feita a pesquisa;
- leituras diversas sobre a temática da pesquisa;
- aplicação do questionário constituído de perguntas abertas, que foram respondidas por escrito pelos professores, sem a presença do entrevistador;
- análise crítica da pesquisa.

Buscou-se, ainda, lançar um olhar sobre o agir docente e discente em uma escola que busca contemplar a proposta educacional inclusiva embora de forma inusitada. A análise estará centrada, sobretudo, no professor, agente de mudança que vivencia múltiplas e importantes dimensões de superação em seu modo de ser e fazer educação.

O questionário aplicado aos docentes aconteceu em um único dia, 08 de maio de 2009, e foi dividido em quatro partes: sendo a primeira parte dedicada a identificação do professor; a segunda, a questões sobre a escola; a terceira sobre a aprendizagem do aluno; e a última parte à prática pedagógica vivenciada na escola. Este questionário objetivou colher informações tanto que assegurassem uma educação de qualidade para todos, como também identificar e mobilizar mudanças concatenadas à dimensão inclusiva na escola pesquisada.

Os professores pesquisados trabalham em uma escola situada no centro da cidade de Wanderlândia, estado do Tocantins e, que, por 24 anos têm o privilégio de

receber uma clientela heterogenea e múltipla, com algumas dificuldades sim, mas motivada a trabalhar a educação para a cidadania. A escola prima pelo respeito aos princípios da educação democrática e atualmente, permite-se à transformação para a educação inclusiva. A instituição oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (2º e 3º Segmentos).

O questionário que se procede transcrito, buscou preservar a identidade dos professores, que receberam a nomeação de Professor 1, 2, 3, 4, 5 e Professor 6. E finalizando apresento as considerações finais, buscando esclarecer as muitas dúvidas de professores sobre a inclusão escolar. Veja o questionário aplicado em anexo:

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO REALIZADA NO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ SIQUEIRA**

### **I. Identificação do Professor:**

Nome:

Idade:

Sexo: M ( ) F ( )

Formação acadêmica:

Disciplina que leciona:

Tempo de atuação docente:

Carga horária que trabalha:

### **II. Questões sobre a Escola:**

1. A escola valoriza a diversidade e as diferenças dos alunos?
2. Que características você vivencia que a torna inclusiva?
3. Que aspectos negativos da educação inclusiva você observa em seu ambiente escolar?
4. Você acha que as mudanças curriculares, a metodologia e a modernização de equipamentos e recursos de apoio ao processo educacional são suficientes para efetivar realmente a educação inclusiva (para todos com ou sem deficiência) no espaço escolar?
5. O Projeto Político Pedagógico da escola compreende a educação inclusiva? Como?

### **III. Aprendizagem do Aluno:**

1. Existem diferenças no tratamento de conteúdos e/ou atividades que você ministra, em se tratando de alunos tidos como “normais” ou que apresentam alguma limitação (física, auditiva, mental, visual e/ou de aprendizagem)?
2. Como está o desempenho acadêmico dos alunos que apresentam estas limitações?
3. Como seu aluno manifesta o que aprendeu e de que forma costumam participar na sala de aula?
4. Você os avalia todos por igual ou de formas diversificadas?
5. Como você se posiciona diante da diversidade dos alunos ao avaliá-los?

#### **IV. Prática Pedagógica:**

1. Os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica são suficientes para trabalhar a educação inclusiva em sua escola?
2. Que conhecimentos faltaram na sua formação?
3. Quais os conhecimentos que podem ajudar você, enquanto professor, na organização da educação inclusiva em sua escola?
4. Há no estudo de formação continuada ações metodológicas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem que norteia a temática da inclusão escolar?
5. Você acha que o Estado tem ajudado a oferecer uma educação de qualidade para todos voltados para as diferenças individuais do educando na rede escolar?

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A resposta ao questionário que se procede transcrita irá preservar a identidade dos professores, por isso receberá a denominação de Professor 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Os seis profissionais, cinco do sexo feminino e um do sexo masculino, pertencem à rede pública estadual de ensino, todos com licenciatura e quatro deles com pós-graduação (P1, P2 P3 e P6) conforme mostra os questionários em anexos. Somente um docente apresenta-se com experiência de dois anos e carga horária de trinta horas (P 5). Os demais têm acima de cinco anos de docência e trabalham com carga horária de quarenta horas semanais.

Tais dados analisados na Parte I do questionário demonstram que os professores buscam capacitar-se cada vez mais tendo em vista os preceitos legais da educação e da

“valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público.” (LDB, Art.67. p.35). Isso demonstra a demanda por níveis mais elevados de qualificação profissional de modo que atenda aos diversos níveis e modalidades de ensino.

A Segunda Parte do questionário, em que se referem à escola, todos afirmaram sim na questão 1, no que diz respeito à diversidade e às diferenças dos alunos. Na questão 2, evidenciam-se algumas características que torna a escola em que trabalham inclusiva, aceitação e respeito a todos os alunos com algum tipo de limitação ou não (P1 e P2) e de todas as classes sociais (P3), trabalho individualizado (P4 e P6) e de integração (P5). Em ambas as questões o que fica evidenciado é um conjunto de atividades comuns, “de valores partilhados, que constituem outros tantos aspectos de viver juntos”. (UNESCO, 2006, p.51) Dessa forma, observa-se que a escola em estudo assume a tarefa em fazer da diversidade um fator positivo para a inclusão em que há compreensão mútua entre os indivíduos que a procuram.

Na questão 3, todos responderam a falta de preparação docente para a educação verdadeiramente inclusiva. Diante disso detecta-se o óbvio de que “poucas escolas estão bem preparadas para receber todos os alunos e, portanto é necessária uma preparação especial...” (PACHECO, 2007, p.83). Dessa maneira, observa-se que os professores são afetados por necessidade de atualização de conhecimentos e competências, dos quais no passado não era uma exigência para todas as escolas. Hoje, a escola reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à Constituição e aos princípios éticos dos Direitos Humanos, e busca garantir o acesso e a participação de todos, independentemente de suas peculiaridades. Torna-se vital efetuar mudanças que desenvolvam programas de formação contínua para na prática direcionar os professores a lidar com as diversidades. Em contrapartida, sabe-se que não existe uma formação capaz de conferir ao professor de que ele vá saber lidar com todas as situações que encontrar em sala de aula. E a convivência humana poderá sanar as dificuldades, pois não existe uma prática inclusiva pré-definida. Não há como ensinar prática na teoria. A inovação da prática implica um processo de contínua renovação em que a flexibilidade e a reflexão devem ser características essenciais à mudança de postura do novo educador.

Já na questão 4 todos os professores destacaram que não é possível efetivar a educação inclusiva para todos os alunos só com as mudanças curriculares e metodológicas e a modernização de equipamentos e recursos. Diante disso, analisa-se que é essencial a educação continuada dos profissionais para um processo de ensino e

aprendizagem diferenciado, que dê conta realmente das especificidades das diferenças em salas de aulas lotadas. Revela-se, ainda que os docentes se encontrem despreparados para esta realidade inclusiva, e que eles têm apresentado dificuldade em vislumbrar o trabalho pedagógico, como tarefa sua independente de quaisquer outras necessidades que o aluno possa apresentar, sejam física, psicológicas, clínicas ou social. Assim sendo, a atual reforma educacional se esforça para promover mudanças, mediante a legislação que rege a inclusão, porém é o educador que deve oportunizar-se da prática reflexiva, com mudança de postura e sem a imposição de leis, mas visualizando a garantia aos direitos de todos a uma educação de qualidade, não excludente.

Na quinta questão, os profissionais afirmaram que o PPP compreende a educação inclusiva, oportunizando a educação para todos e viabilizando aos alunos a oportunidades de acesso, permanência e sucesso escolar, embora todos os docentes sintam-se permeado de dúvidas e indagações. Observa-se então, que há autonomia na construção coletiva de identidade escolar, que os profissionais assumem o compromisso de educador e cidadão na construção de uma sociedade mais democrática e transformadora na gestão do processo. A equipe não só busca desenvolver e estimular a aprendizagem dos alunos com qualidade, ética e respeito às diferenças como também se preocupa em desenvolver atividades voltadas para construção de competência e habilidade individuais e coletivas. Em atitude favorável eles diversificam e flexibilizam o processo de ensino e aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais.

A Terceira Parte se volta à aprendizagem do aluno. A questão 1 que trata da diferenciação de conteúdos e/ou atividades aos alunos com ou sem deficiência foi respondida afirmativamente por todos os professores, exceto o P1 que respondeu não, pois costuma acompanhar de perto quais os dispositivos mais adequados ao aluno com problemas de aprendizagem. Como diz Stainback (1999, p.120) “a preocupação fundamental é qual a opção, ou que combinações de opções...” poderá corresponder às necessidades de habilidades e competências de cada aluno.

A segunda questão destina-se em saber como está o desempenho acadêmico do aluno. A resposta de P1 foi razoável, as do P2, P3, P4, P5 e P6 responderam que dentro das limitações de cada um está bem. Com isso observa-se que o progresso dos alunos não está ainda numa aceitação desejável, mas os professores buscam atingir o sucesso da educação inclusiva com todos os alunos, removendo as várias barreiras que impedem a garantia de igualdade de condições e direitos de todos outorgados pela Constituição (Art. 205).

Em se tratando de como o aluno manifesta o que aprendeu referida na questão três foi respondida: que é através da fala (P1, P3 e P6); através da ajuda dos colegas, trabalhos escritos e orais (P2 e P5) e em conversas particulares, material didático diverso como desenhos de tabelas, filmes e pesquisas (P4). Caracteriza-se que a aprendizagem é um fator preocupante da escola, no entanto, nota-se que os professores preocupa-se como e se o aluno aprendeu utilizando-se assim de formas variadas para avaliá-los. Nota-se ainda, que os alunos participam do processo de aprendizagem, confrontando suas apreensões com os conteúdos expressos pelo professor. Nesse sentido afirma Stainback (1999, p.112) “como membros da equipe educacional, devemos questionar a adequação dos objetivos, dos propósitos, dos materiais e das técnicas de ensino selecionados, tendo como base os resultados dessa avaliação”.

A questão quatro que trata da avaliação todos frisaram que usam atividades avaliativas diversificadas, atentando-se para que esta não destrua o ambiente inclusivo que tenta se fortalecer na unidade escolar. Como afirma Stainback (1999, p.69) “As questões desafiadoras enfrentadas pelos alunos e educadores nas escolas hoje não permitem que ninguém se isole e se concentre em uma necessidade ou em um grupo-alvo de alunos.” O como refazer seu método e a sua visão da forma como avalia seus alunos é que poderá fortalecer a educação para a inclusão.

A quinta questão retrata a avaliação na diversidade onde os docentes responderam que se sentem inquietos, desatualizados, apreensivos e despreparados para trabalhar a diversidade do alunado diante da complexidade e amplitude dos processos de ensino e aprendizagem que este novo paradigma exige. No entanto, nota-se o esforço deles para viabilizar a todos os alunos as inesgotáveis possibilidades de conhecimento convencidos na potencialidade humana de que:

Toda pessoa- criança, adolescente ou adulto – deve poder beneficiar de uma formação concebida para responder as suas necessidades educativas fundamentais. Estas necessidades dizem respeito tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), como os conteúdos educativos fundamentais (conhecimento, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as suas faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua existência, tomar decisões esclarecidas e continuar aprender. (Artigo I – I) (Declaração Mundial para Todos e Quadro de ação para responder às necessidades educativas Fundamentais, 1990).

É notável que as necessidades educativas impliquem o direito à educação, à igualdade de acesso para todos, sem julgamentos entre “normais e anormais, “perfeitos e não-perfeitos”. A escola deve proporcionar o aprendizado sem anular, sem excluir e

sem esperar que o aluno que se adapte a ela, mas que a escola se adapte a ele para efetivar a educação inclusiva.

Na Quarta e última Parte na qual se refere à prática pedagógica, a questão 1 que retrata se os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica foram suficientes para trabalhar a educação inclusiva, todos os professores responderam que não. Embora todos reconheçam e aceite a educação inclusiva, os docentes argumentaram que seus cursos não incorporavam as diferenças como atributos naturais do indivíduo. Isso demonstra que seus estudos acadêmicos ainda não se encontravam vinculados ao processo de construção da educação inclusiva. Assim, observa-se que os meios de ensino não introduziram a educação inclusiva como um instrumento valioso que completa a profissionalização do professor. A formação inicial deles não corresponde às muitas das exigências atuais, daí a real dificuldade em organizar o trabalho pedagógico na perspectiva de uma educação para todos – ensino inclusivo e o avanço significativo para a instauração de uma sociedade plenamente democrática. Perrenoud, (2001) afirma que “a maioria dos professores em exercício foi formada em uma perspectiva individualista...” e certamente muitos agora trilham um longo caminho rumo à nova concepção da profissão, porém ficam divididos entre enfrentar a complexidade e a diversidade dos problemas dentro dessa nova cultura profissional.

A segunda questão retratou sobre os conhecimentos que faltaram à formação docente. O P1 respondeu que falta trabalhar a educação inclusiva de maneira plena; o P2, P3, P4 e P5 disseram que faltam metodologias baseadas na prática pedagógica e o P6 destacou que em sua formação acadêmica os professores não se encontravam preparados, nem para aplicar os conteúdos referentes ao tema. Diante disso, observa-se que foram educados para uma realidade contrária à inclusão. O discurso visto na época de seus estudos era o da igualdade de todos, da busca dos direitos iguais, sem fixar uma ampla e profunda reflexão sobre a diversidade, portanto uma falsa igualdade. E remover barreiras à nova visão de ensino e aprendizagem é considerar todos os alunos como seres em processo de crescimento e desenvolvimento em suas diversas facetas. Neste sentido, Stainback (1999, p. 29) elucida que: “se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira com operamos em nossas escolas” e assim repensar a didática sobre outra perspectiva, como um acontecimento para quem ensina e para quem aprende, descartando a ação educativa modeladora dos indivíduos para a abertura da pluralidade e das diferenças. Mas enquanto os cursos universitários vão se adequando

para a inclusão, não se pode negar o direito à educação, ao favorecimento da aprendizagem na diversidade.

A terceira questão focou quais os conhecimentos que podem ajudar o professor a organizar a educação inclusiva em sua escola. Foram dadas as seguintes respostas: conhecimentos teóricos e práticos que permitam trabalhar e fortalecer eficazmente a prática inclusiva (P1, P3 e P6); professor ou coordenador especializado ou que tenha conhecimento suficiente para ajudar a prática pedagógica (P2 e P5) e oficinas metodológicas (P4). Nota-se que eles sentem necessidade de conhecer práticas escolares, a partir de seu fazer diário. Que tanto a teoria quanto a prática necessita de maior clareza, explicação e orientação para que se efetive a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro. Em outras palavras Stainback (1999, p.31) destaca que “é um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais uma norma do que exceção”.

A quarta questão frisou se na formação continuada são inseridas ações metodológicas voltadas ao ensino e aprendizagem da temática de inclusão. Alguns professores responderam não, em específico somente alguns comentários e questionamentos, portanto insuficiente (P1, P2, P5 e P6). Os outros, sim, porém necessita de estudos mais esclarecedores (P3 e P4). A formação continuada é fundamental para o desenvolvimento da prática pedagógica, no entanto não se pode pensar em um perfil profissional para trabalhar a educação inclusiva, pois as necessidades dos alunos não são definidas em termos profissionais, mas em escolarizar todos os alunos com ou sem deficiência. A educação inclusiva tem que ser uma aposta na qualidade da escola pública, no qual se destine a criar vantagens para todos os seus intervenientes. Stainback (1999, p.22) destaca que “os benefícios dos arranjos inclusivos são múltiplos para todos os envolvidos com as escolas – todos os alunos, professores e a sociedade em geral”. Nesse sentido o professor precisa agregar à sua formação inicial uma formação constante, fator fundamental para a qualidade das ações educativas no ambiente escolar. Contudo, o profissional não pode se acomodar às vantagens de ser funcionário público, com remuneração garantida e não reconhecer a importância de ele mesmo afinar-se com interesse, desconstruir as atitudes arraigadas para construir ações inclusivas, a partir da formação da sua experiência, mesmo que em seu espaço escolar não ofereça essa formação.



A quinta questão retratou se o estado ajuda a oferecer uma educação de qualidade para todos, voltados para as diferenças individuais. Os professores responderam que sim, porém não são suficientes, necessitam de estudos na formação continuada mais esclarecedores (P1, P2, P3 e P5); os outros dois responderam que não, pois falta qualificação profissional (P4 e P6). Observa que a escola necessita se reestruturar-se frente à nova realidade melhorando a qualificação dos professores e os métodos de ensino, e sobretudo, encorajando-os desenvolver novas abordagens dentro do cenário educacional inclusivo. Apesar de todos os professores terem experiência, e um histórico educacional variado, o estado tem a total autonomia para construir a política inclusiva que integre a escola às demandas atuais de educação inclusiva. Nota-se então que os professores que já exercem o ofício de professor clama por oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização pelas instâncias federais, estaduais e/ou municipais.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que muitas instituições de ensino já percorrem o caminho que objetiva a escola inclusiva de ensino regular, tentando cumprir os preceitos constitucionais que garantem a plena participação de todos. Entretanto, este desafio colocado para nós, educadores e toda a sociedade, desde que foi lançado não alcançou, ainda, a efetivação indistintamente. Muitas escolas não concebem ainda o verdadeiro processo de inclusão e da aceitação da diversidade, por isso não apresenta uma posição firme e clara sobre o que representa a educação, em uma dimensão inclusiva. Então os professores, como dinamizadores da construção do conhecimento necessitam conscientizar-se e romper com velhos paradigmas para poder agir com maturidade e autonomia na e para a comunidade inclusiva. E à instituição, ao conceber-se como escola inclusiva, possa acolher os interesses e as dificuldades apresentadas pelos alunos no decorrer do processo de aprendizagem, constituindo-se como espaço aberto, preparado e disposto às peculiaridades de cada um.

Nessa perspectiva, percebeu-se que um dos maiores dilemas é a formação inicial dos educadores, que fundamentadas em perspectivas conservadoras, não correspondem aos padrões de ensino e aprendizagem inclusivos atuais da escola. Isso implica que em

sua formação inicial não tiveram componentes curriculares de educação inclusiva e nem conhecimentos sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos e enfatizam, portanto, suas desvantagens ou deficiências ao invés atender as reais necessidades dos educandos.

O mais premente é pensar primeiramente na formação e aperfeiçoamento do professor e na reformulação da política didático-pedagógica. Fato que depende, sobretudo, da mudança de postura profissional, das suas representações, de acreditar no seu aprender, de estar disposto e aberto a aceitar e incluir todos os alunos. Entretanto não é justo colocar nas mazelas da educação brasileira o impedimento para fazer inclusão. A mudança primordial deve ser para a escola, para o gestor, para os professores e para os alunos com alguma deficiência de aprendizagem. Não é possível hoje, a escola escolher as condições humanas que vão ocupar a sala de aula para o professor ministrar seus conteúdos. O que é possível é quebrar e vencer paradigmas para atender à diversidade, com ajuda de recursos materiais, financeiro e, sobretudo humano.

O grande desafio no momento é o de alcançar uma educação de qualidade para todos em sintonia com a perspectiva da educação inclusiva, considerando que não há qualidade sem atenção à diversidade. Portanto faz-se necessário transformar as práticas de sala de aula, que ainda são pautadas na homogeneidade, em práticas que atendam a heterogeneidade, visto que não são apenas alunos rotulados ou não com alguma deficiência que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas também grande parte daquelas consideradas normais. E que num futuro próximo, a diversidade deixe de ser um desafio para tornar-se uma conquista.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 23 de dezembro de 1996.

*Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Documento orientador. Brasília. DF. 2000

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Orientações gerais e marcos legais*. Brasília: MEC/SEESP2004.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB,

BRASIL, *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

DELLORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. - 10 ed.- São Paulo: Cortez; Brasília, DF; MEC: UNESCO, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção Cotidiano Escolar).

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Trad. Windyz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

MAZZOTTA, Marcos. *Educação comum ou especial?*- São Paulo: Pioneira, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

PACHECO, José. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento escolar da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed. 2007.

Plano Nacional de Educação Inclusiva. MEC/2005

PERRENOUD, Philippe. *Ensinar na urgência, decidir na incerteza*. Porto Alegre: Artmed. 2001.

RAMOS, Rossana. *Passos para a inclusão*. 4 ed.. – São Paulo: Cortez, 2008.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. *Inclusão – um guia para educadores*. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ZABALLA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. Ernani F. da F. Rosa – Porto Alegre : Artmed, 1998.



# **ANEXOS**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES DO  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ  
SIQUEIRA**

**PROFESSOR 1**

## **I. Identificação do Professor:**

Nome: P1

Idade: 27 anos

Sexo: M ( ) F ( x )

Formação acadêmica: Letras / Pós-graduada em Avaliação escolar em Língua Portuguesa

Disciplina que leciona: Língua Portuguesa Literatura e Redação

Tempo de atuação docente: 8 anos

Carga horária que trabalha: 40 horas semanais

## **II. Questões sobre a Escola:**

1. A escola valoriza a diversidade e as diferenças dos alunos?

Sim, pois os alunos são sempre respeitados.

2. Que características você vivencia que a torna inclusiva?

Os alunos com alguma limitação de aprendizagem ou com necessidades especiais são bem recebidos pela escola, Tem suas diferenças respeitadas, participam das atividades realizadas na sala de aula e fora dela.

3. Que aspectos negativos da educação inclusiva você observa em seu ambiente escolar?

Os professores que atuam em sala de aula, junto a esses alunos inclusos não se sentem preparados para tal fim.

4. Você acha que as mudanças curriculares, a metodologia e a modernização de equipamentos e recursos de apoio ao processo educacional são suficientes para efetivar realmente a educação inclusiva (para todos com ou sem deficiência) no espaço escolar?

Não. Para efetivar a educação inclusiva se faz necessário capacitar os professores que atuam em salas de aulas lotadas e inclusivas.

4. O Projeto Político Pedagógico da escola compreende a educação inclusiva? Como?

Sim, pois possibilita a todos aos alunos participar das atividades propostas pela escola.

## **III. Aprendizagem do Aluno:**

1. Existem diferenças no tratamento de conteúdos e/ou atividades que você ministra, em se tratando de alunos tidos como “normais” ou que apresentam alguma limitação (física, auditiva, mental, visual e/ou de aprendizagem)?

Não, eu não faço diferenciação entre conteúdos e atividades. O que faço é acompanhar os alunos que possuem limitações de perto.

2. Como está o desempenho acadêmico dos alunos que apresentam estas limitações?

O desempenho acadêmico desses alunos está razoável, pois não conseguem entender o que o professor explica muito bem.

3. Como seu aluno manifesta o que aprendeu?

Quais atividades e de que forma costumam participar na sala de aula?

Verbalmente.

4. Você os avalia todos por igual ou de formas diversificadas?

Diversificadas. Uma parte é escrita e outra verbal.

5. Como você se posiciona diante da diversidade dos alunos ao avaliá-los?

Apreensiva, mas procuro observar quais as habilidades que cada um desenvolve melhor.

#### **IV. Prática Pedagógica:**

1. Os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica são suficientes para trabalhar a educação inclusiva em sua escola?

Os conhecimentos que adquiri em minha formação acadêmica não são suficientes para com a educação inclusiva, pois há situações que eu não consigo manejar em sala de aula.

2. Que conhecimentos faltaram na sua formação?

Eu preciso aprender a trabalhar com a educação inclusiva de modo que os alunos consigam desenvolver-se plenamente.

3. Quais os conhecimentos que podem ajudar você, enquanto professor, na organização da educação inclusiva em sua escola?

Os conhecimentos que podem ajudar-me são as que me possibilite a trabalhar de maneira eficaz a educação inclusiva.

4. Há no estudo de formação continuada ações metodológicas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem que norteia a temática da inclusão escolar?

Não. O que ocorre são alguns comentários e questionamentos, mas não surgiram ainda ações voltadas para este fim.

5. Você acha que o Estado tem ajudado a oferecer uma educação de qualidade para todos voltados para as diferenças individuais do educando na rede escolar?

O estado tem investido muito na formação do professor, mas é preciso uma formação voltada especialmente para educação inclusiva.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÈDIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ SIQUEIRA**

### **PROFESSOR 2**

#### **I. Identificação do Professor:**

Nome: P2

Idade: 38 anos

Sexo: M ( ) F ( x )

Formação acadêmica: Normal Superior/ Pós-graduada em Língua Portuguesa do Ensino Fundamental

Disciplina que leciona: Língua Portuguesa

Tempo de atuação docente: 16 anos

Carga horária que trabalha: 40 horas semanais

#### **II. Questões sobre a Escola:**

1. A escola valoriza a diversidade e as diferenças dos alunos?

Sim.

2. Que características você vivencia que a torna inclusiva?

A escola recebe todos os alunos com ou sem deficiência.

3. Que aspectos negativos da educação inclusiva você observa em seu ambiente escolar?

A escola tem se tornado mais humana na forma de tratar as pessoas, no entanto falta uma formação contínua de professores para a inclusão.

4. Você acha que as mudanças curriculares, a metodologia e a modernização de equipamentos e recursos de apoio ao processo educacional são suficientes para efetivar realmente a educação inclusiva (para todos com ou sem deficiência) no espaço escolar?

Não, nossa escola ainda não está totalmente habilitada para trabalhar com essa a inclusão embora se trabalhe atividades diferenciadas dentro do processo ensino e aprendizagem.

5. O Projeto Político Pedagógico da escola compreende a educação inclusiva?

Como?



Sim, embora que a nossa escola ainda não esteja adequada, mas o aluno é aceito em sua totalidade.

### **III. Aprendizagem do Aluno:**

1. Existem diferenças no tratamento de conteúdos e/ou atividades que você ministra, em se tratando de alunos tidos como “normais” ou que apresentam alguma limitação (física, auditiva, mental, visual e/ou de aprendizagem)?

Sim, atividades diferenciadas.

2. Como está o desempenho acadêmico dos alunos que apresentam estas limitações?

Bem, dentro das limitações de cada um.

3. Como seu aluno manifesta o que aprendeu?

Quais atividades e de que forma costumam participar na sala de aula?

Envolvendo-se dentro de sala de aula com os outros alunos. Alguns demonstram habilidades escritas e outros a oral.

4. Você os avalia todos por igual ou de formas diversificadas?

Diversificadas.

5. Como você se posiciona diante da diversidade dos alunos ao avaliá-los?

Cheia de dúvidas e apreensão, observando as habilidades que cada um.

### **IV. Prática Pedagógica:**

1. Os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica são suficientes para trabalhar a educação inclusiva em sua escola?

Não.

2. Que conhecimentos faltaram na sua formação?

Práticas pedagógicas e formação continuada dentro desta área.

3. Quais os conhecimentos que podem ajudar você, enquanto professor, na organização da educação inclusiva em sua escola?

Falta de um coordenador ou professor especializado na educação inclusiva para auxiliar-nos nas atividades diárias.

4. Há no estudo de formação continuada ações metodológicas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem que norteia a temática da inclusão escolar?

Foram trabalhados temas inclusivos mais ainda não o suficiente, falta ações diretas para isso.

5. Você acha que o Estado tem ajudado a oferecer uma educação de qualidade para todos voltados para as diferenças individuais do educando na rede escolar?

Capacitação voltada para especialmente para esta área.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÈDIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ SIQUEIRA**

### **PROFESSOR 3**

#### **I. Identificação do Professor:**

Nome: P3

Idade: 33 anos

Sexo: M ( x ) F ( )

Formação acadêmica: História/ Pós-graduado em Ensino de História e Geografia

Disciplina que leciona: História

Tempo de atuação docente: 13 anos

Carga horária que trabalha: 40 horas semanais

#### **II. Questões sobre a Escola:**

1. A escola valoriza a diversidade e as diferenças dos alunos?

Sim, respeita.

2. Que características você vivencia que a torna inclusiva?

Os alunos de todas as classes sociais são bem recebidos pela escola.

3. Que aspectos negativos da educação inclusiva você observa em seu ambiente

Falta de capacitação para trabalhar com a diversidade de alunos que a escola tem.

4. Você acha que as mudanças curriculares, a metodologia e a modernização de equipamentos e recursos de apoio ao processo educacional são suficientes para efetivar realmente a educação inclusiva (para todos com ou sem deficiência) no espaço escolar?

Não. Falta, sobretudo, capacitação para os professores para fortalecer a educação inclusiva.

5. O Projeto Político Pedagógico da escola compreende a educação inclusiva?

Como?

Sim, pois valoriza a totalidade do educando.

#### **III. Aprendizagem do Aluno:**

1. Existem diferenças no tratamento de conteúdos e/ou atividades que você ministra, em se tratando de alunos tidos como “normais” ou que apresentam alguma limitação (física, auditiva, mental, visual e/ou de aprendizagem)?  
Sim, mas o objetivo é fazer com que todos, normais ou especiais, façam parte do processo ensino e aprendizagem.
2. Como está o desempenho acadêmico dos alunos que apresentam estas limitações?  
Bom, dentro das limitações de cada um.
3. Como seu aluno manifesta o que aprendeu e de que forma costumam participar na sala de aula?  
Através da fala, com comentários relevantes sobre o conteúdo em estudo.
4. Você os avalia todos por igual ou de formas diversificadas?  
Diversificada de acordo com o limite de cada educando.
5. Como você se posiciona diante da diversidade dos alunos ao avaliá-los?  
Despreparado para construir competências e habilidades que efetive a inclusão de todos os alunos.

#### **IV. Prática Pedagógica:**

1. Os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica são suficientes para trabalhar a educação inclusiva em sua escola?  
Não, pois a vivência com os alunos é essencial para adquirir novas experiências.
2. Que conhecimentos faltaram na sua formação?  
A metodológica.
3. Quais os conhecimentos que podem ajudar você, enquanto professor, na organização da educação inclusiva em sua escola?  
Mais conhecimentos teóricos para ajudar a fortalecer a prática.
4. Há no estudo de formação continuada ações metodológicas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem que norteia a temática da inclusão escolar?  
Sim, porém deve haver mais estudos sobre a temática.
5. Você acha que o Estado tem ajudado a oferecer uma educação de qualidade para todos voltados para as diferenças individuais do educando na rede escolar?  
Sim, mas é preciso trabalhar na formação continuada dos professores com mais ênfase à prática inclusiva.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES DO  
ENSINO FUNDAMENTAL E MÈDIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ  
SIQUEIRA**

**PROFESSOR 4**

**I. Identificação do Professor:**

Nome: P4

Idade: 33 anos

Sexo: M ( ) F ( x )

Formação acadêmica: Ciências com Habilitação em Matemática

Disciplina que leciona: Matemática e Química

Tempo de atuação docente: 16 anos

Carga horária que trabalha: 40 horas semanais

**II. Questões sobre a Escola:**

1. A escola valoriza a diversidade e as diferenças dos alunos?

Sim, porém percebe-se que falta trabalhar práticas de inclusão para valorizar o potencial do aluno.

2. Que características você vivencia que a torna inclusiva?

O trabalho individualizado que orienta cada aluno de sua necessidade.

3. Que aspectos negativos da educação inclusiva você observa em seu ambiente escolar?

Falta sugestões concretas para trabalhar a diversidade, pois nós professores, não fomos instruídos para trabalhar a heterogeneidade.

4. Você acha que as mudanças curriculares, a metodologia e a modernização de equipamentos e recursos de apoio ao processo educacional são suficientes para efetivar realmente a educação inclusiva (para todos com ou sem deficiência) no espaço escolar?

Não. Falta capacitar, orientar e acompanhar nós, professores que atuamos em salas de aulas muito cheias, fator que dificulta o processo ensino e aprendizagem.

5. O Projeto Político Pedagógico da escola compreende a educação inclusiva? Como?

Sim, ele considera as diferenças individuais e ressalta as potencialidades do alunado.

### **III. Aprendizagem do Aluno:**

1. Existem diferenças no tratamento de conteúdos e/ou atividades que você ministra, em se tratando de alunos tidos como “normais” ou que apresentam alguma limitação (física, auditiva, mental, visual e/ou de aprendizagem)?

Sim, na medida do possível procuro adequar conteúdos e práticas pedagógicas em função dos alunos que necessitam.

2. Como está o desempenho acadêmico dos alunos que apresentam estas limitações?

Está bom, mas poderia ser melhor se tivesse uma capacitação para a educação inclusiva.

3. Como seu aluno manifesta o que aprendeu e de que forma costumam participar na sala de aula?

Em conversas individuais particularizo as explicações e costumo usar material didático diverso como desenhos de tabelas, filmes e pesquisas.

4. Você os avalia todos por igual ou de formas diversificadas?

De forma diversificada, porém admito que tenho que aprender muito ainda para avaliá-los.. Uma parte é escrita e outra verbal.

5. Como você se posiciona diante da diversidade dos alunos ao avaliá-los?

Despreparada, mas procuro adequar minhas avaliações em função das dificuldades de cada um deles.

### **IV. Prática Pedagógica:**

1. Os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica são suficientes para trabalhar a educação inclusiva em sua escola?

Não, mas atualmente estou procurando enriquecer minhas metodologias.

2. Que conhecimentos faltaram na sua formação?

Eu preciso de sugestões de como trabalhar com os alunos co necessidades especiais.

3. Quais os conhecimentos que podem ajudar você, enquanto professor, na organização da educação inclusiva em sua escola?

Necessitamos de oficinas metodológicas que nos oriente como ensinar e avaliar esses alunos.

4. Há no estudo de formação continuada ações metodológicas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem que norteia a temática da inclusão escolar?

Nos últimos encontros começamos a receber informações esclarecedoras mas não temos ações efetivas ainda.

5. Você acha que o Estado tem ajudado a oferecer uma educação de qualidade para todos voltados para as diferenças individuais do educando na rede escolar?

Não.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÈDIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ SIQUEIRA**

### **PROFESSOR 5**

#### **I. Identificação do Professor:**

Nome: P5

Idade: 26 anos

Sexo: M ( ) F ( x )

Formação acadêmica: Letras

Disciplina que leciona: Língua Portuguesa e Inglês

Tempo de atuação docente: 2 anos

Carga horária que trabalha: 40 horas semanais

#### **II. Questões sobre a Escola:**

1. A escola valoriza a diversidade e as diferenças dos alunos?

Sim.

2. Que características você vivencia que a torna inclusiva?

Há muitos alunos com dificuldades e deficiência estudando juntos com os demais considerados “normais”.

3. Que aspectos negativos da educação inclusiva você observa em seu ambiente escolar?

Os professores não recebem uma formação adequada e específica para trabalhar

para trabalhar com os alunos as dificuldades de aprendizagem e/ou com algumas deficiências.

4. Você acha que as mudanças curriculares, a metodologia e a modernização de equipamentos e recursos de apoio ao processo educacional são suficientes para efetivar realmente a educação inclusiva (para todos com ou sem deficiência) no espaço escolar?

Não são suficientes, pra sanar as dificuldades no processo ensino e aprendizagem.

5. O Projeto Político Pedagógico da escola compreende a educação inclusiva? Como?

Sim, porém a prática da inclusão ainda é superficial.

### **III. Aprendizagem do Aluno:**

1. Existem diferenças no tratamento de conteúdos e/ou atividades que você ministra, em se tratando de alunos tidos como “normais” ou que apresentam alguma limitação (física, auditiva, mental, visual e/ou de aprendizagem)?

Sim,

2. Como está o desempenho acadêmico dos alunos que apresentam estas limitações?

Boa, dentro das limitações de cada um.

3. Como seu aluno manifesta o que aprendeu e de que forma costumam participar na sala de aula?

Alguns apresentam facilidade na escrita, embora com muitos erros ortográficos; outros se expressam muito bem. Utilizo seminários e pesquisas.

4. Você os avalia todos por igual ou de formas diversificadas?

Diversificada, pois cada um apresenta dificuldade diferente.

5. Como você se posiciona diante da diversidade dos alunos ao avaliá-los?

Sinto muita dificuldade, mas procuro observar o desempenho que cada um desenvolveu durante a aula.

### **IV. Prática Pedagógica:**

1. Os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica são suficientes para trabalhar a educação inclusiva em sua escola?

Não me sinto preparada para a inclusão.

2. Que conhecimentos faltaram na sua formação?

Metodologias direcionadas à prática inclusiva.

3. Quais os conhecimentos que podem ajudar você, enquanto professor, na organização da educação inclusiva em sua escola?

Um coordenador ou professor especializado para orientar as atividades diferenciadas para esses alunos.

4. Há no estudo de formação continuada ações metodológicas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem que norteia a temática da inclusão escolar?

Sim, mas não surgiram ações voltadas para só para esta finalidade.

5. Você acha que o Estado tem ajudado a oferecer uma educação de qualidade para todos voltados para as diferenças individuais do educando na rede escolar?

Sim. Acho que estamos caminhando para buscar uma educação de qualidade tentando a inclusão.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÈDIO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ LUIZ SIQUEIRA**

### **PROFESSOR 6**

#### **I. Identificação do Professor:**

Nome: P6

Idade: 32 anos

Sexo: M ( ) F ( x )

Formação acadêmica: Geografia e Pós-graduada em Psicopedagogia

Disciplina que leciona: Geografia, Sociologia e Filosofia

Tempo de atuação docente: 13 anos

Carga horária que trabalha: 40 horas semanais

#### **II. Questões sobre a Escola:**

1. A escola valoriza a diversidade e as diferenças dos alunos?

Sim, temos alunos de diferentes etnias, classes sociais e com necessidades especiais.

2. Que características você vivencia que a torna inclusiva?

Trabalhos individualizados.



2. Que aspectos negativos da educação inclusiva você observa em seu ambiente escolar?

A falta de preparação docente para melhorar o nosso trabalho pedagógico.

4. Você acha que as mudanças curriculares, a metodologia e a modernização de equipamentos e recursos de apoio ao processo educacional são suficientes para efetivar realmente a educação inclusiva (para todos com ou sem deficiência) no espaço escolar?

Não, ajuda muito, mas não é o necessário. A mudança tem de partir do próprio professor.

5. O Projeto Político Pedagógico da escola compreende a educação inclusiva? Como?

Sim, mas faltam ações direcionadas à educação inclusiva, pois as salas são muito cheias dificultando o trabalho do educador.

### **III. Aprendizagem do Aluno:**

1. Existem diferenças no tratamento de conteúdos e/ou atividades que você ministra, em se tratando de alunos tidos como “normais” ou que apresentam alguma limitação (física, auditiva, mental, visual e/ou de aprendizagem)?

Sim, mas nem todos os conteúdos são diferenciados porque há muitos alunos na sala e fica difícil fazer o acompanhamento pedagógico. Alguns conteúdos são trabalhados lentamente.

2. Como está o desempenho acadêmico dos alunos que apresentam estas limitações?

O desenvolvimento em geral é muito bom.

3. Como seu aluno manifesta o que aprendeu e de que forma costumam participar na sala de aula?

Através da fala. Eles se expressam bem e participa de tudo o que é realizado na sala.

4. Você os avalia todos por igual ou de formas diversificadas?

De forma diversificada na maioria das vezes. Depende da atividade desenvolvida, pois não devemos correr o risco de deixá-los perceber o tratamento diferenciado.

5. Como você se posiciona diante da diversidade dos alunos ao avaliá-los?

É muito difícil avaliá-los, mas procuro valorizar os pontos positivos de cada um deles.

#### **IV. Prática Pedagógica:**

1. Os conhecimentos adquiridos na sua formação acadêmica são suficientes para trabalhar a educação inclusiva em sua escola?  
Não.
2. Que conhecimentos faltaram na sua formação?  
Nos anos em estudei, começava-se a falar em inclusão, mas meus mestres não estavam preparados para aplicar conteúdos sobre esse assunto.
3. Quais os conhecimentos que podem ajudar você, enquanto professor, na organização da educação inclusiva em sua escola?  
Principalmente o conhecimento da vida e de experiências com os próprios alunos. Às vezes acertando, às vezes errando devido ser um trabalho muito difícil e sem preparação docente.
4. Há no estudo de formação continuada ações metodológicas voltadas ao processo de ensino e aprendizagem que norteia a temática da inclusão escolar?  
Não. A formação continuada não norteia essa temática em específico, mas já se fala muito nesse assunto, lemos e estudamos, porém não há ações diretas para a inclusão na escola.
5. Você acha que o Estado tem ajudado a oferecer uma educação de qualidade para todos voltados para as diferenças individuais do educando na rede escolar?  
Não, falta qualidade na educação para podermos transpor os limites e as funções educacionais.